



Copel Serviços S.A.
CNPJ nº 19.126.003/0001-02
Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

www.copel.com copel@copel.com
Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
MENSAGEM DO DIRETOR GERAL.....	4
1. A COMPANHIA.....	5
2. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
Balanços Patrimoniais.....	11
Demonstrações de Resultados.....	13
Demonstrações de Resultados Abrangentes.....	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
1. Contexto Operacional.....	16
2. Base de Preparação.....	16
3. Políticas Contábeis Materiais.....	17
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	21
5. Títulos e Valores Mobiliários.....	21
6. Clientes.....	21
7. Outros Investimentos temporários.....	21
8. Imobilizado.....	23
9. Intangível.....	24
10. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos.....	24
11. Transações com Partes Relacionadas.....	25
12. Fornecedores.....	25
13. Debêntures.....	25
14. Provisões e Passivos Contingentes.....	26
15. Patrimônio Líquido.....	26
16. Receita líquida.....	27
17. Despesas Operacionais.....	27
18. Resultado Financeiro.....	27
19. Imposto de renda e contribuição social.....	28
20. Instrumentos Financeiros.....	29
21. Seguros.....	31
PARECER DO CONSELHO FISCAL	32
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	33
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	41



COPEL
Serviços

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2024

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

A Copel Serviços S.A (“Companhia” ou “Copel Serviços”), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A e com a missão de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis, atuando ativamente neste negócio com a pesquisa, implantação e gestão de parques eólicos instalados no estado do Rio Grande do Norte até o terceiro trimestre de 2017.

No intuito de ganho de produtividade e escala em seus negócios, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, efetuou um processo de reestruturação organizacional na Companhia, de modo que em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A e o novo objeto social da Companhia.

Alinhada ao Planejamento Estratégico da Copel, a Copel Serviços conduziu a realização de estudos e desenvolvimento de projetos *greenfield* de geração distribuída, implantando 3 empreendimentos no estado do Paraná. Os projetos fotovoltaicos de 5MWac cada, localizados nos municípios de Reserva do Iguaçu, Santo Antônio da Platina e Sarandi estão em operação desde junho de 2024.

Em 2023 foi constituído um Fundo de Investimentos em Participações – Empresas Emergentes – Copel Ventures I, de forma a materializar a participação da Companhia em investimentos em *Startups*, avançando assim no conceito de inovação aberta. Além disso, também se iniciou a estruturação da atuação da Copel Serviços no segmento de *affinities*, incluindo a oferta de produtos e serviços massificados com cobranças em faturas, que deverá estar plenamente operacional no início de 2025.

Atualmente, a Copel analisa a possibilidade de a Copel Serviços vir a atuar em outros segmentos de negócios, como *smart meters*, serviços de infraestrutura, serviços de engenharia, microcréditos e data centers, bem como avanços contínuos em iniciativas de inovação aberta com foco em redução de custos, aumento de receitas e melhoria do produto.

Deste modo, a Companhia busca colaborar com o desenvolvimento do grupo, atenta às oportunidades do mercado.

Diogo Mac Cord de Faria

Diretor Geral

1. A COMPANHIA

A Copel Serviços S.A. (Companhia, Copel Serviços ou Copel SER) é uma companhia fechada, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

Copel Serviços em Números

	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	149.153	62.676	138,0
Caixa e equivalentes de caixa	42.389	3.290	1188,4
Títulos e valores mobiliários	528	4.670	(88,7)
Dívida total	70.893	-	n/d
Dívida líquida	27.976	-	n/d
Receita bruta	6.482	-	n/d
Deduções da receita	(149)	-	n/d
Receita líquida	6.333	-	n/d
Custos e despesas operacionais	(7.129)	(2.606)	173,6
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(796)	(2.606)	(69,5)
Ebitda ou Lajida (*)	1.992	(938)	(312,4)
Resultado financeiro	(1.621)	(656)	147,1
IRPJ/CSLL	(1.935)	-	n/d
Prejuízo operacional	(2.417)	(3.262)	(25,9)
Prejuízo do exercício	(4.352)	(3.262)	33,4
Patrimônio líquido	63.269	54.323	16,5
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	4,4	3,4	29,4
Liquidez geral (índice)	0,7	1,7	(58,8)
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita líquida) (%)	30,0	n/d	n/d
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	1,1	0,0	n/d
Margem operacional (resultado operacional/receita líquida) (%)	(40,0)	n/d	n/d
Margem líquida (Prejuízo/receita líquida) (%)	(70,0)	n/d	n/d
Participação de capital de terceiros (%)	57,6	13,3	333,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (Prejuízo/patrimônio líquido inicial) (%)	(8,0)	(37,8)	(78,8)

(*) "Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1. Geração Distribuída

A economia de custos com a energia elétrica associados aos aspectos de sustentabilidade ambiental e regulatórios - com a publicação de Lei 14.300/22 - impulsionaram o mercado de Geração Distribuída - GD fotovoltaica em 2024. Alinhada ao Planejamento Estratégico da Copel, a Copel Serviços conduziu a realização de estudos e desenvolvimento de projetos *greenfield* de geração distribuída no Paraná, obtendo Pareceres de Acesso junto à Copel Distribuição como "GD1", solicitados antes de 07.01.2023 e que, portanto, garantem regras mais favoráveis aos projetos conforme previsto na Lei 14.300/22.

A Companhia implantou 3 projetos fotovoltaicos de 5MWac cada, localizados nos municípios paranaenses de Reserva do Iguaçu, Santo Antônio da Platina e Sarandi, conforme dados abaixo:

Empreendimento	Potência instalada		Área da planta (ha)	Modalidade de compensação
	MWac	MWcc		
UFV Marialva - Sarandi	5,0	6,658	11,0	Geração compartilhada
UFV Santo Antônio da Platina	5,0	6,403	12,0	Geração compartilhada
UFV Segredo	5,0	6,697	11,0	Autoconsumo remoto ou geração compartilhada

A receita das plantas fotovoltaicas é proveniente de uma parceria com as Cooperativas Nex Energy e Nextron Energia para atendimento de seus cooperados com os créditos de energia gerados pelos projetos. Os projetos iniciaram a operação em junho de 2024.

2.2. Copel Ventures

O Copel Ventures I é parte integrante da estratégia de crescimento e inovação da Copel Serviços, operando como um fundo de *Corporate Venture Capital* (CVC), dedicado a identificar e investir em *startups* que estão desenvolvendo tecnologias inovadoras, alinhadas com a transição energética e com os objetivos de sustentabilidade e digitalização do setor energético. Embora não desempenhe um papel central nas operações diárias da Copel, o fundo é relevante por proporcionar acesso a novas tecnologias e modelos de negócio que podem complementar e potencializar suas atividades principais.

Ao investir em *startups*, a Copel Serviços pode explorar novas oportunidades de mercado, fomentar a inovação aberta e criar parcerias que tem potencial para resultar em soluções sustentáveis e eficientes para o setor elétrico. Essa abordagem permite que a Copel se posicione para responder de maneira ágil às mudanças de mercado e às demandas por soluções energéticas mais limpas e eficientes. O Copel Ventures I se destaca por sua capacidade de criar sinergia entre as *startups* investidas e as operações principais da Copel Serviços. Ao fomentar colaborações, a Copel pode integrar soluções inovadoras que aprimoram suas ofertas e processos internos, potencializando a eficiência operacional e abrindo caminhos para novas linhas de negócio e melhorias no atendimento ao cliente.

Ao apoiar *startups* que trabalham em energias renováveis, armazenamento de energia e outras tecnologias emergentes, o Copel Ventures I ajuda a empresa a diversificar suas fontes de inovação e a se alinhar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Isso promove a criação de valor a longo prazo, tanto para a empresa quanto para a sociedade, ao impulsionar avanços que beneficiam o ambiente e a economia.

• Gestão do Fundo

O CVC, que tem a Copel Serviços como principal cotista, foi lançado em 2023 com um capital previsto de R\$ 150,0 milhões. O Copel Ventures I foca em *startups* nas fases de *Seed* e *Série-A*, atuando em áreas críticas para a evolução do setor elétrico: descarbonização, descentralização, digitalização e disrupção da demanda.

A gestão do Copel Ventures I é realizada pela Vox Capital, uma gestora renomada com experiência em fundos de impacto e inovação. A estrutura de governança inclui um Comitê de Investimentos que orienta as decisões estratégicas, assegurando alinhamento com os objetivos corporativos da Copel Serviços.

Comitê de Investimentos do Ventures: Composto por 7 membros, sendo 4 indicados pela Copel e 3 indicados pela gestora VOX Capital.

Equipe de Gestão e Suporte do Fundo: Gerido por equipe da VOX Capital, com suporte da Vice-Presidência de Estratégia, Novos Negócios e Transformação Digital da Copel, além da rede técnica da Companhia. Essa colaboração garante que o fundo opere com eficiência e alinhamento estratégico com a Copel Serviços.

• Processos de Decisão:

O processo de investimento segue um funil de oportunidades que passa por várias etapas. Na entrada do funil as *startups* que parecem ter *fit* com a tese de investimento são prospectadas. Após uma sequência de análises, as selecionadas passam por um processo de *due diligence* e os investimentos acontecem naquelas que são aprovadas pelo time de gestão e Comitê de Investimento.

• Áreas de Foco e Estratégia de Investimento

O fundo prioriza investimentos relacionados com a Tese de Inovação da Copel:

1. Energias renováveis e limpas
2. Energia como serviço (*Energy as a Service - EaaS*)
3. Cidades inteligentes e eletromobidade
4. Gestão de ativos e instalações
5. Processos internos inovadores

A estratégia de investimento enfatiza a aquisição de participações minoritárias, que variam de 10% a 15%, para permitir flexibilidade e crescimento das *startups* investidas, ao mesmo tempo que busca retornos financeiros e estratégicos robustos.

• Investimentos e Desempenho

Desde sua concepção, o Copel Ventures I conduziu uma intensiva atividade de prospecção. Em 1 ano e 5 meses de prospecção e análise, o fundo analisou 468 empresas, priorizando investimentos que se alinham com sua tese de transição energética sustentável. Até o momento, dois investimentos foram concretizados, detalhados a seguir, e tem uma empresa em estágio avançado de diligência.

Entrada no funil	468 empresas
Análise inicial	178 empresas
Análise aprofundada	16 empresas
<i>Due diligence</i>	3 empresas
Investidas	2 empresas
Aporte	R\$ 14,7 milhões

Primeiro Investimento: Focado em soluções de eletromobilidade, destacando-se pela inovação em sistemas de recarga para veículos elétricos. Este investimento reflete o compromisso do fundo com a promoção da eletromobilidade como uma alternativa sustentável, contribuindo para a redução da dependência de combustíveis fósseis e a diminuição da emissão de poluentes.

Startup	MOVE Soluções em Eletromobilidade
Aporte	R\$ 3,5 milhões em janeiro/2024
Descrição	A MOVE desenvolveu um software para gestão de pontos de recarga para veículos elétricos. A solução oferece eficiência operacional e facilita a gestão de infraestruturas de recarga, contribuindo para a expansão da mobilidade elétrica nas cidades.
Sinergias com a Copel	Segmento estratégico para a Copel. A MOVE já tem pilotos de projetos em parceria para gerir redes de pontos de recarga da Companhia, que deverão ser expandidos. Também serão construídos novos modelos de negócios em conjunto (ex. oferta de serviços de recarga turn-key para frotas públicas e privadas).
Potencial de Impacto ambiental	Veículos elétricos emitem 68% menos gases de efeito estufa (vs combustível fóssil). A MOVE aponta uma redução acumulada de 1.100 toneladas de CO ₂ e decorrentes dos 1.300 MWh de energia consumidos em sua rede para recarga elétrica.

Segundo investimento: A Nextron desenvolveu uma plataforma *marketplace* de geração distribuída compartilhada, comercializando através de consórcios/cooperativas os créditos de energia gerada em usinas de Geração Distribuída para consumidores finais.

Startup	NEXTRON Energia
Aporte	R\$ 11,2 milhões em março/2024
Descrição	A Nextron conta com um pipeline de oferta de energia. Seu grande desafio é criar canais de venda e conversões escaláveis com CACs equilibrados a serem contratados apenas após a construção de canais mais eficientes.
Sinergias com a Copel	GD é uma área estratégica para o desenvolvimento de novos negócios na Copel, que ainda está em estágios iniciais na implementação de usina próprias e desenvolvendo um piloto para a criação de canais de aquisição de clientes. Adicionalmente, projetos em parceria podem ser desenvolvidos para a criação de novos produtos (ex. plataforma de comercialização de créditos de energia excedentes) ou mesmo para eventual comercialização de energia de usinas de GD no futuro.
Potencial de Impacto ambiental	Através do seu marketplace de geração distribuída de energia, a Nextron viabiliza o acesso de diversos consumidores que estão no mercado cativo à fontes de energia renovável de forma acessível e contribui para o aumento da representatividade de renováveis na matriz energética brasileira

- **Status de alocação do fundo**

Capital previsto	R\$ 150,0 milhões
Chamadas de capital realizadas	Cinco, para cobertura de custos até fevereiro/2025 e para aporte nas startups MOVE e Nextron
Capital disponível	Estima-se um capital disponível de R\$ 83,3 milhões para primeiras rodadas e R\$ 30 milhões para follows-ons

- **Desempenho**

Embora seja prematuro avaliar o retorno financeiro total dos investimentos, os indicadores iniciais mostram um alinhamento com as expectativas de crescimento e inovação estabelecidas pelo fundo. A estratégia de adquirir participações minoritárias tem se mostrado eficaz, permitindo que as *startups* mantenham sua autonomia operacional enquanto se beneficiam do suporte estratégico e financeiro do Copel Ventures I.

Durante 2024 as empresas investidas enfrentaram desafios comuns ao ambiente dinâmico de *startups*, incluindo ajustes em suas estratégias de crescimento e adaptação às condições de mercado.

A MOVE avançou em sua estratégia de expansão, focando no aumento da base de estações e operadores que utilizam seu *software*. A empresa manteve seu compromisso com a inovação de produto e a ampliação de sua base de clientes, apesar das limitações orçamentárias enfrentadas.

A Nextron, por sua vez, passou por ajustes estratégicos que resultaram em mudanças na estrutura acionária e na abordagem de mercado. A empresa está focada em otimizar suas operações e fortalecer suas parcerias, visando um crescimento sustentável no longo prazo.

O Copel Ventures I continua comprometido com sua missão de promover a transição energética e apoiar empresas que desenvolvem soluções inovadoras. A gestão do fundo, em parceria com a Vox Capital, assegura que as decisões estratégicas estejam alinhadas com os objetivos de longo prazo da Copel Serviços.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO

Membro DIOGO MAC CORD DE FARIA

Membro MÁRCIA CRISTINE RIBEIRETE BAENA

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenador e Especialista Financeiro CARLOS BIEDERMANN

Membro MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Membro Externo LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

CONSELHO FISCAL

Presidente DEMETRIUS NICHELE MACEI

Conselheiro FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT

Conselheiro FILIPE BORDALO DI LUCCIO

Conselheiro suplente JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

Conselheiro suplente KUNO DIETMAR FRANK

Conselheiro suplente PATRICIA DA SILVA BARROS

DIRETORIA

Diretor Geral DIOGO MAC CORD DE FARIA

Diretor de Finanças FELIPE GUTTERRES RAMELLA

Diretor Jurídico e de Compliance YURI MÜLLER LEDRA

CONTADOR

CRC-PR-050585/O-9 FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS



COPEL
Serviços

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.389	3.290
Títulos e valores mobiliários	5	528	4.670
Clientes	6	3.795	-
Outros créditos		74	3.120
Estoques		-	16
Imposto de renda e contribuição social		2.035	1.937
Outros tributos a recuperar		-	565
Despesas antecipadas		67	-
		48.888	13.598
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Outros investimentos temporários	7	14.709	-
Depósitos judiciais		72	593
Outros tributos a recuperar		302	-
		15.083	593
Imobilizado	8	80.590	43.881
Intangível	9	901	911
Direito de uso de ativos	10	3.691	3.693
		100.265	49.078
TOTAL DO ATIVO		149.153	62.676

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	11	160	54
Fornecedores	12	9.345	3.753
Imposto de renda e contribuição social		433	-
Outras obrigações fiscais		-	208
Debêntures	13	1.192	-
Passivo de arrendamentos	10	21	17
		11.151	4.032
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		802	-
Outras obrigações fiscais		-	589
Debêntures	13	69.701	-
Passivo de arrendamentos	10	3.861	3.732
Outras contas a pagar		369	-
		74.733	4.321
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	15.1	78.785	16.685
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	-	48.950
Ajustes de avaliação patrimonial	15.3	148	-
Prejuízos acumulados		(15.664)	(11.312)
		63.269	54.323
TOTAL DO PASSIVO		149.153	62.676

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA LÍQUIDA	16	6.333	-
Custos Operacionais	17	(2.681)	(306)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		3.652	(306)
Outras Despesas Operacionais	17		
Despesas com vendas		(147)	-
Despesas gerais e administrativas		(4.460)	(3.161)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		159	861
		(4.448)	(2.300)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(796)	(2.606)
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		3.285	497
Despesas financeiras		(4.906)	(1.153)
		(1.621)	(656)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(2.417)	(3.262)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19		
Imposto de renda e contribuição social		(1.133)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(802)	-
		(1.935)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(4.352)	(3.262)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO			
ATRIBUÍDO AO AÇIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	15.4		
Ações ordinárias		(0,06426)	(0,20187)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(4.352)	(3.262)
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ajuste de ativos financeiros	15.3	148	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(4.204)	(3.262)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023		15.085	1.600	-	(8.050)	8.635
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.262)	(3.262)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	48.950	-	-	48.950
Aumento de capital		1.600	(1.600)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		16.685	48.950	-	(11.312)	54.323
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.352)	(4.352)
Outros resultados abrangentes						
Ajustes de ativos financeiros	15.3	-	-	148	-	148
Resultado abrangente do exercício		-	-	148	(4.352)	(4.204)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.150	-	-	13.150
Aumento de capital		62.100	(62.100)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		78.785	-	148	(15.664)	63.269

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(4.352)	(3.262)
Ajustes para a reconciliação do Prejuízo do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		6.203	1.041
Imposto de renda e contribuição social	19	1.133	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	802	-
Depreciação e amortização		2.787	1.667
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	6.1	147	-
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	10	-	(860)
Resultado das baixas de imobilizado	8.2	2	121
Resultado das baixas de intangível	9	-	5
		6.722	(1.288)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(3.942)	-
Depósitos judiciais		525	-
Outros créditos		3.046	(3.118)
Estoques		16	233
Imposto de renda e contribuição social		(98)	(244)
Outros tributos a recuperar		263	(324)
Despesas antecipadas		(67)	142
		(257)	(3.311)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		106	54
Fornecedores		(1.220)	1.841
Outras obrigações fiscais		(797)	232
Outras contas a pagar		369	-
		(1.542)	2.127
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		4.923	(2.472)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(700)	-
Encargos de debêntures pagos	13.2	(4.373)	-
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	10.2	(552)	(1.098)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(702)	(3.570)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aportes em investimentos	7	(14.561)	-
Aplicações financeiras	5	4.142	(4.670)
Aquisições de imobilizado	8.2	(32.263)	(40.571)
Aquisições de intangível	9	(261)	(85)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(42.943)	(45.326)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de debêntures emitidas	13.2	70.000	-
Custos de transação na emissão de debêntures	13.2	(389)	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		13.150	48.950
Amortização de passivo de arrendamentos	10.2	(17)	(512)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		82.744	48.438
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		39.099	(458)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3.290	3.748
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	42.389	3.290
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		39.099	(458)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2024

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Serviços S.A. ("Companhia" ou "Copel Serviços" ou "Copel SER"), com sede na rua José Izidoro Biazzetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A. No entanto, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, efetuou um processo de reestruturação organizacional na Companhia. Em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A. e o novo objeto social da Companhia.

De agosto de 2021 a fevereiro de 2022 a Copel Serviços foi a contraparte no contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição imediatamente após o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A. pela Copel.

Em 2024 iniciou-se a operação comercial de três Usinas Fotovoltaicas (UFVs), localizadas nos municípios paranaenses de Sarandi, Santo Antonio da Platina e Reserva do Iguacu, marcando início da atuação da Copel Serviços na Geração Distribuída.

A Copel Serviços também é a principal cotista do Fundo de Investimentos em Participações – Empresas Emergentes – Copel Ventures I (FIP Copel Ventures ou FIP), que foi constituído de forma a materializar a participação da Companhia em investimentos em *Startups*, avançando assim no conceito de inovação aberta previsto no planejamento estratégico da Copel.

O FIP Copel Ventures efetuou em 2024 dois investimentos em *startups*: na **Move**, que atua no mercado de gestão inteligente para sistemas de recarga de veículos elétricos e na **Nextron**, que atua em uma plataforma *marketplace* de geração distribuída compartilhada, comercializando através de consórcios/cooperativas os créditos de energia gerada em usinas de Geração Distribuída para consumidores finais.

Atualmente, a Companhia analisa a possibilidade de atuação em outros segmentos de negócios, como eficiência energética, co-geração, armazenamento de energia, eletromobilidade, *smart cities*, consultoria em energia, exploração de *big data* e avanços contínuos em iniciativas de inovação aberta.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27.02.2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes:

- NEs nºs 3.1.3 e 7 - Outros investimentos temporários: valor justo dos investimentos;
- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.4.1 e 6.1 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.6 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nºs 3.8 e 10 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Em 31.12.2024 a Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Compreendem investimentos em instrumentos patrimoniais mantidos para fins estratégicos de médio a longo prazo, designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que o reconhecimento de flutuações de curto prazo no valor justo desses investimentos no resultado não estaria em linha com a estratégia da Companhia de manutenção e observação de seu potencial de desempenho no longo prazo.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

São inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais, sendo transferidos para lucros acumulados.

3.1.4. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.5. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis e são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos e que representam a melhor estimativa de vida útil de cada bem.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3. Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, que são mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido da despesa de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6. Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita da Companhia é proveniente principalmente da locação das usinas fotovoltaicas (UFVs), da sublocação dos respectivos terrenos em que as usinas são instaladas e também da operação e manutenção das usinas.

A Companhia aluga os ativos para seus clientes, mantendo a responsabilidade pela operação e manutenção das usinas fotovoltaicas. Os clientes, por sua vez, compartilham os direitos econômicos (créditos de energia) com outros consumidores, os quais se beneficiam dos créditos de energia gerados, gerando descontos em suas contas de energia junto à distribuidora local. Essa abordagem promove uma gestão eficiente dos recursos energéticos, proporcionando vantagens econômicas aos clientes envolvidos.

As receitas são reconhecidas após conexão com a rede de distribuição, assim que o ativo é disponibilizado ao cliente, e este passa a usufruir dos créditos de energia gerados para suas unidades consumidoras.

3.6.1. Receita de aluguel

A obrigação de desempenho da Companhia consiste em fornecer o direito de uso dos ativos alugados ao cliente por um período contratualmente acordado. A receita de aluguel é reconhecida mensalmente com base no valor acordado no contrato.

3.6.2. Receita de Serviços de Operação e Manutenção

A obrigação de desempenho sobre a prestação de serviços de operação e manutenção consiste no conjunto de atividades necessárias com finalidade de garantir o funcionamento adequado dos ativos, bem como envolve manutenções preventivas e corretivas nos ativos objeto de locação, quando necessário. A receita de serviços de operação e manutenção é reconhecida ao longo do período em que os serviços são prestados.

3.8. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.9. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir de 1º.01.2024 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;
- (iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback”.
- (iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.10. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- (iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);

- (v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025);
- (viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	32	50
Aplicações financeiras de liquidez imediata	42.357	3.240
	42.389	3.290

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas que, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 99,70% e 100,50% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Compreende aplicações em Cotas de Fundos de Investimento, com saldo de R\$ 528 (R\$ 4.670 em 31.12.2023), por parte do FIP Copel Ventures I. Conforme NE nº 1, a Copel Serviços é a principal cotista do FIP Copel Ventures I. Os recursos aportados no FIP Copel Ventures I para cobertura dos custos operacionais ou que ainda não foram investidos em *startups*, permanecem aplicados em Fundo de Investimento em renda fixa, indexado pela Selic. Este último, por sua vez, mantém recursos aplicados em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023
Geração Distribuída	3.185	706	51	3.942	-
(-) Perdas de créditos esperadas	-	(118)	(29)	(147)	-
	3.185	588	22	3.795	-

7. Outros Investimentos temporários

A Copel Serviços é a principal cotista do FIP Copel Ventures I, com participação de 99%. O FIP, por sua vez, tem investimentos nas *startups*, conforme demonstrado a seguir.

	Saldo em 01.01.2024	Aportes	Ajuste ao valor justo	Saldo em 31.12.2024
Move Soluções em Eletromobidade Ltda (a)	-	3.466	148	3.614
Nextron Holdings Limited (b)	-	11.095	-	11.095
	-	14.561	148	14.709

(a) Move Soluções em Eletromobilidade Ltda

A Move é uma startup localizada em Florianópolis (SC) que se especializa em desenvolver soluções tecnológicas inovadoras para a recarga de veículos elétricos. A missão da Move é promover uma mobilidade elétrica mais eficaz e inteligente, por meio da criação de tecnologias que facilitam o processo de recarga, tanto para usuários finais quanto para gestores de redes de eletropostos. Com um portfólio robusto que inclui uma plataforma web para gestão de redes de recarga e um aplicativo móvel para operação remota da recarga, a empresa busca ser líder no setor de eletromobilidade no Brasil. O objetivo da Move é estar na vanguarda do mercado, contribuindo para a sustentabilidade e facilitando a transição para uma mobilidade mais limpa.

Em dezembro de 2023 o FIP efetuou Contrato de Mútuo Conversível em Participação Societária, no valor de R\$ 3.500, sendo que o repasse efetivo foi efetuado em janeiro de 2024. O valor do mútuo é corrigido pelo IPCA positivo acumulado no período. Na data de vencimento do mútuo, que ocorrerá no prazo de 24 meses a contar da data de assinatura do contrato, o valor será convertido em ações ou será acrescido da correção monetária acumulada e deverá ser quitado em até mais 36 meses. Em caso de conversão em ações, a participação societária do FIP na Move será de aproximadamente 12,28%.

Não ocorreram eventos de liquidez ou fatos relevantes posteriores ao investimento efetuado na companhia. Neste cenário, as boas práticas de precificação de valor justo para empresas em estágio inicial priorizam a precificação da empresa pelo valor do mútuo corrigido, dado que o valor da dívida corrigida é maior do que o valor da participação convertida no preço de custo e a dívida é sênior à participação societária em preferência de liquidez. Neste formato de precificação, o valor é corrigido diariamente na carteira do fundo, de modo que o valor justo do investimento, em 31.12.2024, corresponde ao principal do mútuo corrigido pelos juros acordados em contrato.

(b) Nextron Holdings Limited

A Nextron é uma plataforma digital de distribuição de energia renovável para consumidores do varejo. É uma *startup* inovadora no setor de energia renovável, focada em facilitar o acesso à energia limpa para consumidores residenciais e comerciais. Opera um *marketplace* que conecta usinas de energia renovável a consumidores. Isso permite que os consumidores acessem energia limpa sem a necessidade de instalar painéis solares em suas propriedades. Assim, oferece um serviço de assinatura que pode reduzir a conta de luz em até 20%. Os consumidores pagam uma taxa mensal para receber energia renovável diretamente das usinas, sem custos adicionais de instalação.

Em novembro de 2023, conforme *Series A Preference Shares Purchase Agreement*, foi conduzida uma rodada de captação de investimentos, sendo realizado um aporte pelo FIP no montante de US\$ 2.200 convertidos em R\$ 11.207 em troca de 10,5% de participação societária da Nextron. Os recursos foram aportados efetivamente pelo Fundo em março de 2024.

Em agosto de 2024, a saída de um sócio fundador da posição de executivo na empresa acarretou acionamento de cláusula de *vesting* reverso, acarretando aposentadoria de parte de suas ações, reduzindo o número de ações circulantes e resultando em aumento de participação de todos os investidores. Portanto, a participação acionária do FIP na Nextron passou a ser de 11,76%.

Para fins de precificação de valor justo, foi realizada nova modelagem financeira da companhia a partir dos resultados de 2024 e projeções atualizadas, observando-se toda a estrutura de direitos e preferências de liquidez da estrutura societária da empresa. O contrato de investimento inclui uma cláusula de preferência de liquidez como mecanismo de proteção aos acionistas da série A. Deste modo, em 31.12.2024 o valor justo da posição do fundo considerando seu direito de preferência de liquidez corresponde ao valor investido.

8. Imobilizado

8.1. Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2024	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2023
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	77.340	(7.858)	69.482	6.818	(5.779)	1.039
Edificações	11.069	(226)	10.843	147	(8)	139
Veículos	52	(52)	-	52	(52)	-
Móveis e utensílios	916	(651)	265	920	(624)	296
	89.377	(8.787)	80.590	7.937	(6.463)	1.474
Em curso						
Custo	-	-	-	42.407	-	42.407
	-	-	-	42.407	-	42.407
	89.377	(8.787)	80.590	50.344	(6.463)	43.881

8.2. Mutação do imobilizado

	Saldo em 01.01.2024	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2024
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	1.040	353	(2.118)	-	70.206	69.481
Edificações	138	-	(217)	-	10.923	10.844
Veículos	2	-	-	-	-	2
Móveis e utensílios	294	-	(29)	(2)	-	263
	1.474	353	(2.364)	(2)	81.129	80.590
Em curso						
Custo	42.407	38.722	-	-	(81.129)	-
	42.407	38.722	-	-	(81.129)	-
	43.881	39.075	(2.364)	(2)	-	80.590

	Saldo em 01.01.2023	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	1.420	-	(337)	-	-	1.040
Edificações	143	-	(5)	-	-	138
Veículos	2	-	-	-	-	2
Móveis e utensílios	413	-	(41)	(78)	-	294
	1.978	-	(383)	(121)	-	1.474
Em curso						
Custo	-	42.407	-	-	-	42.407
	-	42.407	-	-	-	42.407
	1.978	42.407	(383)	(121)	-	43.881

Durante a fase de construção são capitalizados os custos de debêntures. Em 2024 estes custos totalizaram R\$ 1.373 taxa média de 1,97% na Copel SER.

8.3. Perdas Estimadas para redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os investimentos de Geração Distribuída em operação e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

8.4. Taxas de depreciação

Taxas de depreciação (%)	31.12.2024	31.12.2023
Taxas médias do segmento de geração		
Edificações	3,33 %	- %
Máquinas e equipamentos	4,11 %	- %
Unidade Fotovoltaica	4,44 %	-
Taxas médias para ativos da Administração central		
Edificações	3,33 %	3,33 %
Móveis e Utensílios	6,25 %	6,25 %
Máquinas e equipamentos	14,24 %	14,24 %

9. Intangível

	Em serviço	Em curso	Total
Em 1º.01.2023	1.206	57	1.263
Aquisições	-	85	85
Capitalizações para intangível em serviço	41	(41)	-
Quotas de amortização	(432)	-	(432)
Baixas	-	(5)	(5)
Em 31.12.2023	815	96	911
Aquisições	-	261	261
Capitalizações para intangível em serviço	50	(50)	-
Quotas de amortização	(271)	-	(271)
Baixas	-	-	-
Em 31.12.2024	594	307	901

10. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

10.1. Direito de uso de ativos

	Saldo em 31.12.2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Imóveis	3.693	150	(152)	-	3.691
Equipamentos	-	-	-	-	-
	3.693	150	(152)	-	3.691

	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Imóveis	12.476	6.281	(537)	(14.527)	3.693
Equipamentos	617	21	(315)	(323)	-
	13.093	6.302	(852)	(14.850)	3.693

A Companhia arrenda os terrenos onde estão instalados os painéis fotovoltaicos utilizados na Geração Distribuída.

10.2. Passivo de arrendamentos

10.2.1. Mutação do passivo de arrendamentos

Em 1º.01.2023	13.669
Adições	6.302
Encargos	1.098
Pagamento - principal	(512)
Pagamento - encargos	(1.098)
Em 31.12.2023	3.749
Adições	150
Encargos	552
Pagamento - principal	(17)
Pagamento - encargos	(552)
Em 31.12.2024	3.882
	Circulante
	21
	Não circulante
	3.861

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. A taxa de desconto aplicada é de 15,55% a.a.

10.2.2. Vencimento das parcelas de longo prazo

2026	584
2027	584
2028	584
2029	584
2030	584
Após 2030	10.264
Valores não descontados	13.184
Juros embutidos	(9.323)
Saldo do passivo de arrendamento	3.861

11. Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo Circulante - Garantia de Fiel Cumprimento		
Entidade sob controle comum - Copel Distribuição S.A.	-	3.000
Passivo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Controladora - Copel	160	54

Os saldos em 31.12.2023 referem-se à Garantia de Fiel Cumprimento, vinculada aos projetos de Geração Distribuída à época em implantação.

Em 2024 e 2023, a Companhia não registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários e encargos.

12. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e Serviços	9.345	3.753
	9.345	3.753

13. Debêntures

Emissão	Garantia	31.12.2024	31.12.2023
1 ^a	Fidejussória	71.247	-
	Dívida bruta	71.247	-
	(-) Custo de transação	(355)	-
	Dívida líquida	70.892	-
	Circulante	1.192	-
	Não Circulante	69.701	-

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2024 é de 13,50%, o que equivale a 111,08% do CDI.

Em 05.05.2024, a Copel Serviços efetuou a 1^a emissão de debêntures simples em série única, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 70.000, com a Copel como interveniente garantidora, destinada para reforço de caixa, com vencimento em 05.05.2031 e remuneração de CDI + 1,2%.

13.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2026	-	(56)	(56)
2027	-	(56)	(56)
2028	8.750	(56)	8.694
2029	8.750	(56)	8.694
2030	8.750	(56)	8.694
Após 2030	43.750	(19)	43.731
	70.000	(299)	69.701

13.2. Mutações das debêntures

Em 1º.01.2024	-
Ingressos	70.000
(-) Custos de transação	(389)
Encargos e variação monetária	5.655
Pagamento – encargos	(4.373)
Em 31.12.2024	70.893

13.3. Cláusulas contratuais restritivas – covenants

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2024 todos os indicadores financeiros medidos anualmente, assim como todas as condições acordadas, foram integralmente atendidos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes no contrato de debêntures:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais (a)	Limite
1ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≤ 3,5
	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,5

(a) indicadores calculados com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

14. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Em 31.12.2024, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024, não há ações cujas perdas são consideradas possíveis.

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2024, de R\$ 78.785 (R\$ 16.685, em 31.12.2023) é composto por 78.784.872 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

15.2. Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2024	-
Ajustes de ativos financeiros (a)	148
Em 31.12.2024	148

(a) ajuste a valor justo dos investimentos efetuados em startups pelo FIP Copel Ventures I.

15.3. Prejuízo líquido básico e diluído por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	(4.352)	(3.262)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	67.725.968	16.158.845
Lucro (prejuízo) líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	(0,06426)	(0,20187)

16. Receita líquida

	31.12.2024	31.12.2023
Geração Distribuída - Prestação de serviços de operação e manutenção	960	-
Geração Distribuída - Aluguel de infraestrutura	5.522	-
(-) Deduções da receita	(149)	-
	6.333	-

17. Despesas Operacionais

	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal e administradores (a)	(264)	(62)
Planos previdenciário e assistencial (a)	(45)	(10)
Material	(16)	(212)
Serviços de terceiros (b)	(3.951)	(1.594)
Depreciação e amortização	(2.788)	(1.668)
Provisões e reversões	(147)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos (c)	82	940
	(7.129)	(2.606)

a) Refere-se às despesas de compartilhamento de pessoas, contrato efetuado com a Controladora Copel.

b) Refere-se principalmente à serviços de gestão, administração, consultorias e outros do FIP Copel Ventures I.

c) Refere-se principalmente ao saldo líquido de Direito de Uso de Ativos e Passivo de Arrendamento, referente baixa de contrato de arrendamento de imóvel, ocorrida em 2023.

18. Resultado Financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.784	234
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	-	(20)
Outras receitas financeiras	501	283
	3.285	497
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	4.333	-
Juros sobre passivo de arrendamentos (NE nº 10.2)	552	1.098
Outras despesas financeiras	21	55
	4.906	1.153
Líquido	(1.621)	(656)

19. Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(2.417)	(3.262)
IRPJ e CSLL (34%)	822	1.109
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	-	(214)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	(895)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	(2.757)	-
IRPJ e CSLL correntes	(1.133)	-
IRPJ e CSLL diferidos	(802)	-
Alíquota efetiva - %	-80,1%	0,0%

Em 31.12.2024, a Companhia não reconheceu saldo de créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 6.056 (R\$ 6.056 em 31.12.2023) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

19.1. Reforma tributária do consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária no âmbito do consumo. O novo modelo adota um sistema de IVA repartido (“IVA dual”) com duas competências: uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) que substituirá o PIS e a COFINS e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS) que substituirá o ICMS e o ISS. Além disso, foi criado o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, conforme definido em lei complementar.

Em 16.01.2025 foi sancionada a Lei Complementar - LC nº 214 que regulamenta parte da reforma tributária. Ainda se encontra sob análise do Senado Federal o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024 que finalizará a regulamentação.

A Reforma prevê um período de transição de 2026 a 2032 em que os sistemas tributários atual e novo coexistirão.

Os efeitos completos da Reforma sobre a apuração dos tributos mencionados só serão totalmente conhecidos após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por lei complementar e da definição da alíquota de referência. Assim, não há impacto da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

20. Instrumentos Financeiros

20.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE n°	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	42.389	42.389	3.290	3.290
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	528	528	4.670	4.670
			42.917	42.917	7.960	7.960
Custo Amortizado						
Clientes (a)	6		3.795	3.795	—	—
			3.795	3.795	—	—
Valor justo por meio do resultado abrangente						
Outros Investimentos (c)	7	3	14.709	14.709	—	—
			14.709	14.709	—	—
Total dos Ativos Financeiros			61.421	61.421	7.960	7.960
Passivos Financeiros						
Passivos Financeiros - Custo amortizado						
Fornecedores (a)	12		9.345	9.345	3.753	3.753
Debêntures (d)	13		71.247	70.028	—	—
			80.592	79.373	3.753	3.753
Total dos Passivos Financeiros			80.592	79.373	3.753	3.753

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Calculado conforme métricas de precificação a valor justo do FIP Copel Ventures I, utilizando dados não observáveis em função do estágio inicial das *startups* investidas (NE n° 7).
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário – PU em 31.12.2024, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.

20.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

20.2.1. Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	42.389	3.290
Títulos e valores mobiliários (a)	528	4.670
Clientes (b)	3.795	-
Outros Investimentos (c)	14.709	-

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e desligando o cliente inadimplente de modo que não receba mais créditos de energia.

(c) Riscos inerentes ao investimento em startups, monitorados pela administração por meio de avaliação de riscos tecnológicos e de mercado, gestão de expectativas de crescimento e consolidação de parcerias estratégicas que maximizem o potencial de inovação e retorno sobre o investimento.

20.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto que as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2029, repetem-se os indicadores de 2028 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	1 mês	1 a 3 meses	1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	2.293	-	7.052	-	-	9.345
Debêntures	NE nº 13	-	-	10.653	43.420	56.447	110.520

Conforme divulgado na NE nº 13.3, a Companhia tem debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

20.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 15,00%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2025 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2024	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	528	606	586	567
Debêntures	Alta CDI	(71.247)	(10.687)	(13.359)	(16.031)

20.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Debêntures	70.893	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(42.389)	-
(-) Títulos e valores mobiliários	(528)	-
Dívida líquida	27.976	-
Patrimônio Líquido	63.269	-
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,44	-

21. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2025	154.808
Riscos Operacionais	28.05.2025	75.233

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2024, de R\$ 6,1923.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025.

Diogo Mac Cord de Faria
Diretor Geral

Felipe Gutterres Ramella
Diretor de Finanças

Yuri Müller Ledra
Diretor Jurídico e de Compliance

Fernando de Lima dos Santos
Contador - CRC PR-050585/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Serviços S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 2024, e as correspondentes notas explicativas, bem como os Esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária sobre o saldo de prejuízos acumulados em 2024. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a Administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sem ressalvas, e o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário de 2024, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, bem como os Esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária sobre o saldo de prejuízos acumulados em 2024, deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025, estão em condições de ser encaminhados à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT

FILIFE BORDALO DI LUCCIO

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;*
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;*
- V. o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;*
- VI. o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e*
- VII. é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.*

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatório anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, doze vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

O CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades, desenvolvido com apoio de consultoria externa, sendo a Ernst & Young – EY responsável pelo apoio ao processo da última revisão do documento. No plano de trabalho do Comitê são consideradas a legislação vigente, nacional e internacional, regulamentação aplicável à Companhia, Estatuto Social, Regimento Interno do órgão, normativas internas e boas práticas de mercado.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE em 2024, contemplou as atribuições do órgão e trouxe o cronograma detalhado de reuniões, contendo os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio a cada tema; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2024 abordou 16 temas principais, somando 98 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se as mesmas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela PwC, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley – SOx*.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley – SOX*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.

Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Em 2024, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2023/2025: Carlos Biedermann (como Coordenador e especialista financeiro), Pedro Franco Sales (eleito como membro na 250ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, para completar o mandato 2023/2025) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo), todos membros independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do CAE, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49.438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2024

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

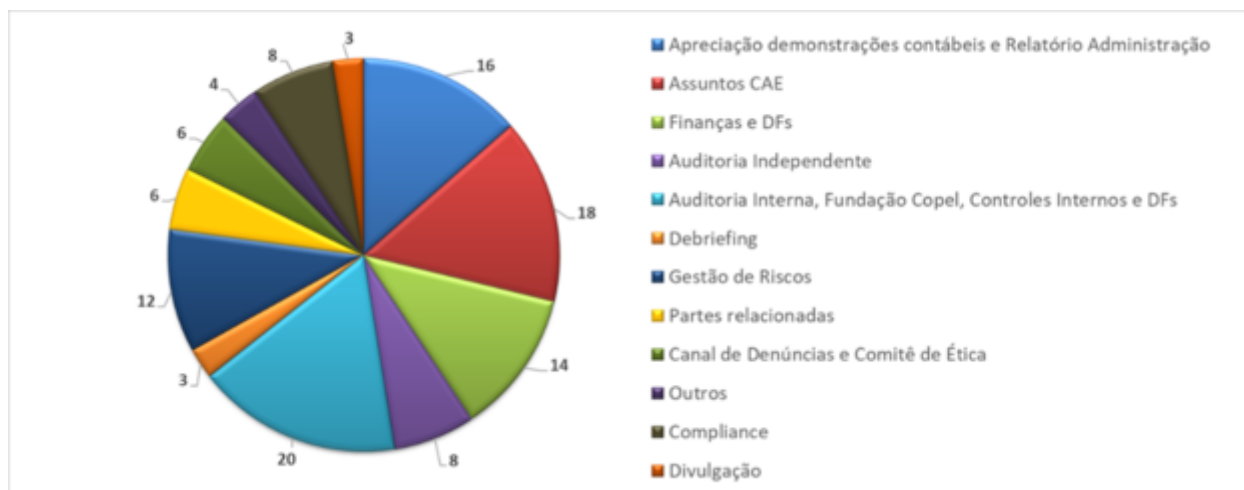
As pautas das reuniões realizadas em 2024 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 13 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 118 pautas, envolvendo os membros da Diretoria da Companhia, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2024 pode ser observado no gráfico abaixo:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2024, foram contempladas, em reuniões do CAE, 8 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2024; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2024.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensalmente são monitoradas, pelo Comitê, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2024, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 16 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2024; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2023 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2025, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2024, no Relatório Anual 2024, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2024, foram tratadas 11 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINTE 2023; Plano de Trabalho da Auditoria Interna - PAINT 2024; contratação de serviços de consultoria para apoio à Auditoria Interna e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOX.

Na 301ª Reunião, de 10.06.2024, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel. Adicionalmente, a Fundação Copel apresentou informações na 302ª Reunião, de 09.07.2024 e na 305ª Reunião, de 08.10.2024.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2024, foram tratadas 6 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela PwC, desses Controles Internos. Na 300ª Reunião, de 07.05.2024, houve a deliberação acerca da revisão da materialidade utilizada pela Administração da Companhia para o estabelecimento de processos corporativos para a análise, revisão e atualização da documentação sobre riscos e controles internos, em atendimento à *Sarbanes-Oxley*.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2024, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 6 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal, quando necessário.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2024, foram tratadas 12 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos e a revisão dos riscos estratégicos corporativos e das subsidiárias integrais.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, analisa mensalmente, em pauta específica, um risco estratégico da Companhia. Como exemplo, em 2024 alguns dos riscos analisados em agenda específica foram Proteção de Dados – LGPD, Regulatório, Cibersegurança, Barragens, Inteligência Artificial, Mudanças Climáticas e Comercialização de Energia.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a política de transação com partes relacionadas e a política de gestão de riscos.”

No decorrer de 2024, foram tratadas 6 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE.

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2024, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- **Mudanças climáticas**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Diretoria de Governança, Risco e Compliance que os planos de ações referentes às mudanças climáticas que se mantenham atualizados para fazer frente à severidade dos eventos climáticos atuais e os possíveis impactos desses eventos nos negócios da Companhia, e apresentados ao Conselho de Administração da Companhia.

- **Cibersegurança**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à auditoria interna da Companhia a inclusão no planejamento das atividades de previsão para criação de teste automatizado para o tema Cibersegurança.

Adicionalmente, por ocasião da apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna, os membros do CAE solicitaram detalhamento dos planos de ações referente ao risco de Cibersegurança para a então Diretoria de Gestão Empresarial. O tema atualmente está sob responsabilidade da Vice-Presidência de Estratégia, Novos Negócios e Transformação Digital.

- **Monitoramento de Barragens**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. que se mantenham atualizadas as ações acerca do monitoramento e segurança de barragens, tendo em vista a severidade dos eventos climáticos atuais e os possíveis impactos desses eventos nos negócios da Companhia.

- **Contratação de serviços de apoio à Auditoria Interna, Controles Internos, Consultoria Contábil e Laudo Atuarial**

O Comitê de Auditoria Estatutário participou do processo de contratação de prestação de serviços para apoiar à Companhia no âmbito da Auditoria Interna, Controles Internos, Consultoria Contábil e emissão de Laudo Atuarial. De acordo com suas atribuições regimentais, o CAE realizou entrevistas técnicas com as empresas concorrentes e emitiu recomendações à administração no âmbito do processo de contratação.

- **Divulgação de informações financeiramente materiais de Sustentabilidade nas Demonstrações Financeiras – IFRS S1 e S2**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à administração da Companhia diagnóstico dos procedimentos executados no projeto para divulgação dos temas financeiramente materiais de Sustentabilidade nas Demonstrações Financeiras da Copel (IFRS S1 e S2).

- **Solicitação de informações sobre contratos de auditoria firmados pela Administração**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Auditoria Interna detalhamento dos contratos celebrados pela Companhia junto à firmas de auditoria. No detalhamento, foram observadas informações históricas no período de 2016 a 2023, decorrentes de procedimentos licitatórios. O CAE apresentou suas considerações e recomendações à administração, considerando a nova natureza jurídica da Companhia.

- **Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram o Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente, apresentado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC).

Em dezembro de 2023 foi autorizada a substituição da auditoria independente para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), que iniciou suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais (“ITRs”) do primeiro trimestre do exercício de 2024.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento das deficiências apontadas pela auditoria externa e recomendações sinalizadas pela auditoria interna e pelas áreas de controles internos e compliance, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2024, no Relatório Anual 2024, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2025.

CARLOS BIEDERMANN

Coordenador e Especialista Financeiro

PEDRO FRANCO SALES

Membro

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

Membro Externo



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Copel Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

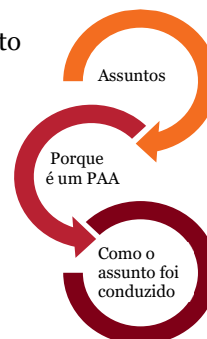
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Copel Serviços S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Receitas de aluguel (Notas 3.6 e 16)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou o valor total de receita líquida de R\$ 6.333 mil, provenientes substancialmente de receitas de aluguel de infraestrutura na geração distribuída e de serviços de operação e manutenção.

Essas receitas são apuradas considerando as definições previstas nos contratos de locação e de prestação de serviços. Dessa forma, a mensuração e o reconhecimento dessas receitas pela Companhia, inclui a avaliação e o julgamento da administração quanto ao efetivo cumprimento das obrigações de performance de cada contrato.

Devido a relevância dos valores das receitas e o uso de julgamento por parte da administração, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos:

- Efetuamos, em base amostral, testes de recálculo dos valores apropriados como receitas e inspeção de contratos e outros documentos comprobatórios das transações, quando aplicável, para avaliar o cumprimento das obrigações de performance. Também inspecionamos os respectivos comprovantes de liquidação financeira das referidas transações.
- Obtenção de confirmações externas dos saldos do contas a receber em 31 de dezembro de 2024, em base amostral, diretamente com os respectivos clientes.
- Verificação da liquidação financeira subsequente de saldos das contas a receber em aberto em 31 dezembro de 2024, em base amostral.
- Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base em nossos procedimentos, consideramos que os critérios de reconhecimento da receita de aluguel são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Copel Serviços S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Copel Serviços S.A.

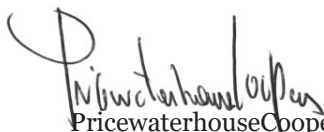
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Guilherme Naves Valle
Signed By: Guilherme Naves Valle 54198158534
CPF: 54198158534
Signed Time: 27 de fevereiro de 2025 | 11:59 BRT
ICP-Brasil, CUI, Certificado Digital PF A1
C: BR
Serial: AC SyngateID Multipla


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

